



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"
"Doce Terra dos Colibris"

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 000001/2026

PROCESSO Nº 2026-3J5R1

O Município de Santa Teresa em conformidade com a Lei Federal N.º 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações, Decreto Municipal nº 404, de 22/10/2018 e pelos demais normativos aplicáveis torna público o presente Edital de Chamamento Público visando Seleção de projetos de Organização da Sociedade Civil para celebração de Acordo de Cooperação com o Município de Santa Teresa para destinação de um Secador de Café c/ Elevador de Café 15.000l, Marca: Palini & Alves, Modelo PA-SR/15, Série 26481, Nota Fiscal 197534.

O MUNICÍPIO DE SANTA TERESA - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 27.167.444/0001-72, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, torna público que realizará **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 000001/2026**, formalizado através do Processo Administrativo nº: 2026-3J5R1, nos termos da Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações e Decreto Municipal nº 404, de 22/10/2018 e pelos demais normativos aplicáveis para seleção de projetos de Organização da Sociedade Civil (OSC) e que estejam em consonância com os termos deste Edital.

Todas as informações sobre o presente Chamamento Público, assim como o respectivo edital poderão ser obtidos na Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, na Prefeitura Municipal de Santa Teresa, localizada na Rua Darly Nerty Vervloet, 446 - Santa Teresa - ES, no horário de 08h00min as 11h00min e 12h30min as 15h30min, de segunda a sexta-feira do **dia 20/02/2026 até o dia 25 de março de 2026**, ou pelo site www.santateresa.es.gov.br.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

1. OBJETO

1.1. Selecionar propostas para Seleção de projetos de Organização da Sociedade Civil para celebração de Acordo de Cooperação com o Município de Santa Teresa para destinação de um 01 (um) Secador c/ Elevado de Café 15.000l, Marca: Palini & Alves, Modelo PA-SR/15, Série 26481, Nota Fiscal 197534, Estado de Conservação Ótimo.

1.2 O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações, Decreto Municipal nº 404, de 22/10/2018 e pelos demais normativos aplicáveis, além das condições previstas neste Edital.

1.3 Cada Organização da Sociedade Civil (OSC) poderá concorrer ao lote constante no Edital de Chamamento Público para a celebração do Acordo de Cooperação.

1.4 O Acordo de Cooperação ocorrerá na forma do instrumento de Cessão de Uso pelo prazo correspondente ao tempo necessário para a execução integral do objeto da parceria, passível de prorrogação, desde que o período total de vigência não exceda cinco anos.

1.4.1 Nos casos de celebração de termo de colaboração para execução de atividade, o prazo de que trata o caput, desde que tecnicamente justificado, poderá ser de até dez anos.

2. DESCRIÇÃO DO LOTE

2.1 01 (um) Secador c/ Elevado de Café 15.000l, Marca: Palini & Alves, Modelo PA-SR/15, Série 26481, Nota Fiscal 197534, Estado de Conservação Ótimo.

3 OBJETIVOS DA UTILIZAÇÃO DOS BENS:

3.1 Secador de café - O secador será utilizado para a secagem adequada dos grãos de café, assegurando a redução da umidade a níveis tecnicamente recomendados, a manutenção e preservação da qualidade do produto, a prevenção de fermentações indesejadas, a padronização do produto final, agregando valor ao café e a redução dos custos operacionais suportados pelos produtores rurais;

4 PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

4.1 Poderão participar deste Edital as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas "a", "b" ou "c", da Lei Federal nº 13.019, de 2014 (com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015), Decreto Municipal nº 404, de 25 de outubro de 2018 e pelos demais normativos aplicáveis:

4.1.1 Entidade privada sem fins lucrativos (associação ou fundação) que não distribua entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

4.2 As Entidades interessadas em participar dessa chamada pública devem atender as seguintes condições cumulativamente:

4.2.1. A Entidade ficará obrigada a ter endereço no Município Santa Teresa/ES.

4.2.2. Em seu estatuto social constar expressamente sua natureza, objetivo, missão, público alvo e atender ao parágrafo I do Art. 33 da Lei Federal nº 13019/2014;

4.2.3. Comprovar no mínimo 1 (uma) atividade produtiva voltada para agricultura familiar, relacionada ao objeto do presente chamamento público;

4.2.4. Comprovar existência mínima de 2 (dois) anos, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

4.2.5. Manter sobre sua guarda toda documentação referente ao Acordo de Cooperação pelo prazo de 10 (dez) anos.

4.3 No ato da inscrição as Entidades interessadas deverão entregar 02 (dois) envelopes lacrados, com as seguintes identificações:

4.3.1 ENVELOPE A - Proposta - Edital de Chamamento Público nº 000001/2026, contendo os seguintes documentos contendo os documentos previstos no item 7.1 deste edital.

4.3.2 ENVELOPE B - documentos de habilitação - Edital de Chamamento Público nº



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"
"Doce Terra dos Colibris"

000001/2026, contendo os documentos previstos no item 7.2 deste edital. **(o envelope da entidade vencedora será aberto após a homologação do resultado definitivo)**

4.4 Os envelopes deverão ser lacrados e protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal, localizada a Rua Darly Nerty Vervloet, nº 446, Santa Teresa-ES, nos horários de 08h00min as 11h00min e 12h30min as 15h30min, **do dia 20/02/2026 até o dia 25 de março de 2026.**

5 DO PLANO DE TRABALHO

5.1 As Entidades deverão apresentar o plano de trabalho, conforme modelo Anexo VIII.

6 CALENDÁRIO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

6.1 A fase de seleção observará as seguintes etapas (tabela 01):

Etapa 1 -	Publicação do Edital -	20/02/2026;
Etapa 2 -	Envio das propostas pelas Entidades -	20/02/2026 até 25/03/2026;
Etapa 3 -	Avaliação das propostas -	26/03/2026 à 01/04/2026;
Etapa 4 -	Divulgação do resultado preliminar -	07/04/2026;
Etapa 5 -	Interposição de recursos -	08/04/2026 à 16/04/2026;
	Contrarrazões	17/04/2026 à 28/04/2026;
Etapa 6 -	Análise Recurso -	A ser definido;
Etapa 7 -	Homologação e publicação do resultado final	A ser definido;

6.2 Etapa 1: Publicação do Edital de Chamamento Público

6.2.1 O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial do município: www.santateresa.es.gov.br e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Santa Teresa.

6.3 Etapa e: Envio da Proposta de dos Documentos para Pontuação

6.3.1 A proposta e os documentos para pontuação deverão ser apresentados pelas OSCs,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

conforme itens 4.3 e 4.4 deste edital.

6.3.2 A proposta e os documentos para pontuação deverão ser entregues em uma única via impressa, devendo ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente e, ao final, ser assinada pelo representante legal da OSC proponente.

6.3.3 Após o prazo limite para apresentação dos documentos supramencionados, nenhum outro será recebido, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pela Administração Pública Municipal.

6.4 Etapa 3: Avaliação pela Comissão de Seleção

6.4.1 Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará a documentação apresentada pelas Entidades concorrentes. A análise e o julgamento pelos membros da Comissão de Seleção terá total independência técnica para exercer seu julgamento.

6.4.2 A Comissão de Seleção terá o prazo estabelecido na Tabela 01 para conclusão do julgamento e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, por até mais 30 (trinta) dias.

6.4.3 A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir:

ITEM	CRITÉRIO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
01	Número de produtores rurais familiares pertencentes à OSC, devidamente comprovado.	1 ponto por produtor.	40
02	Número de agricultoras associadas	1 ponto por mulher	30
03	Tempo de atividade da OSC em anos	1 ponto por ano	10
04	Número de associados que possuem agroindústrias regularizadas	1 ponto por agroindústria	10



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

05	Parceria da entidade ou associados com outras instituições, órgãos, entidades devidamente comprovadas.	1 ponto por cada parceria apresentada	10
TOTAL			100

Tabela 02: Critérios de avaliações e respectivas pontuações.

6.4.4 No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (2). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (1) a (4). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição.

6.4.5 A aprovação das propostas pelo Município de Santa Teresa fica condicionada a parecer conclusivo da Comissão de Seleção, o qual será submetido à homologação do Prefeito Municipal.

6.4.6 A lista final de classificados dar-se-á por ordem de pontuação observando o correspondente à quantidade de lotes disponíveis.

6.5 Etapa 4: Divulgação do Resultado Preliminar

6.5.1 A administração pública divulgará o resultado preliminar do processo de seleção na página do sítio oficial do Município <www.santateresa.es.gov.br>, iniciando-se o prazo para recurso.

6.6 Etapa 5: Interposição de Recurso contra o Resultado Preliminar

6.6.1 Haverá fase recursal após a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.

6.6.2 Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da publicação da decisão. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

6.6.3 Os recursos serão apresentados por meio de documento protocolado junto ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Santa Teresa nos horários de 08h00min as 11h00min e 12h30min as 15h30min em dias úteis, ou através do e-mail



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

<licitacao@sanytateresa.es.gov.br>.

6.6.4 É assegurado aos participantes vista e acesso aos autos indispensáveis à defesa de seus interesses.

6.7 Etapa 6: Análise dos Recurso pela Comissão de Seleção

6.7.1 Havendo recursos, a Comissão de Seleção os analisará.

6.7.2 Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias uteis, contados do fim do prazo para recebimento das contrarrazões.

6.7.3 A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo máximo de 5 (cinco) dias uteis, contado do recebimento do recurso. Não caberá novo recurso contra esta decisão.

6.8 Eapa 7: Homologação e Publicação do Resultado Definitivo da Fase de Seleção

6.8.1 A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria (art. 27, §6º, da Lei nº 13.019, de 2014).

6.8.2 Após o recebimento e julgamento das propostas, havendo uma única entidade com proposta classificada, e desde que atendidas às exigências deste Edital, a Administração Pública, após a análise do envelope de habilitação. poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-la para iniciar o processo de celebração.

7. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

7.1. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA ANÁLISE DAS PROPOSTAS:

- a. Ofício solicitando inscrição proposta, conforme Anexo II;
- b. Proposta, conforme anexo III;
- c. Relatório de atividades realizadas pela entidade nos últimos 02 (dois) anos com material fotográfico;
- d. Declaração informando os responsáveis pela coordenação e execução do projeto, devidamente identificados e qualificados, conforme anexo IV;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

- e. Relação dos beneficiários a serem atendidos com o projeto com nome, endereço, produtos agrícolas a serem comercializados, conforme anexo V;
- f. Declaração de Ciência e Concordância dos termos do edital, conforme anexo VI;
- g. Documentos comprobatórios para pontuação conforme item 6.4.3 (tabela 2).

7.2. DOCUMENTAÇÃO (HABILITAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO):

- a. Cópia do Estatuto registrado e suas alterações;
- b. Cópia da Ata da última eleição e posse do quadro dirigente atual ou documento equivalente;
- c. Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e Órgão Expedidor da Carteira de Identidade e número de registro no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- d. Plano de Trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal, conforme Anexo VIII.
- e. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, emitida do site da Secretaria da Receita Federal do Brasil, que comprove mínimo de 2 (dois) anos de cadastro ativo;
- f. Comprovação de que a Organização da Sociedade Civil funciona no endereço declarado, conforme anexo IX.
- g. Prova de regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União (certidão emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional e pela Secretaria da Receita Federal);
- h. Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- i. Comprovação de Regularidade perante a Fazenda Municipal: Certidão dos Tributos relativos Município de Santa Teresa-ES;
- j. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

fornecido pela Caixa Econômica Federal;

k. Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT) por meio do endereço eletrônico: www.tst.jus.br/certidão;

l. Certidão negativa do tribunal de contas;

m. Declaração do representante legal da Organização da Sociedade Civil informando que a mesma, bem como seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas no artigo 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, conforme Anexo X;

n. Declaração de que a Organização da Sociedade Civil possui capacidade técnica instalada para receber e operacionalizar os equipamentos pleiteados, conforme Anexo XI;

o. Declaração de que não emprega menor, conforme Anexo XII;

p. Declaração de que a organização não deve prestações de contas a quaisquer órgãos federais, estaduais e municipais, conforme Anexo XIII.

Observação:

A Organização da Sociedade Civil será notificada para regularizar a documentação em até 5 (cinco) dias úteis, caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou quando as Certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, sob pena de não celebração da parceria.

Os documentos deverão ser apresentados em cópias autenticadas por cartório de notas e ofício competente ou cópia autenticada por servidor público da Prefeitura Municipal de Santa Teresa-ES.

8 DOS IMPEDIMENTOS

8.1. Não poderão participar do processo de chamada pública as Entidades que:

8.1.1. Estejam em processo de insolvência ou dissolução;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

8.1.2. Se encontrem em uma ou mais das situações de vedações previstas na Lei 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações.

8.1.3. Tenha sido penalizada com suspensão para conveniar /contratar com a Administração Pública Municipal e/ou Estadual, ou que tenham sido declaradas inidôneas por órgãos de quaisquer das esferas nos moldes da Lei 14.133/2021;

8.1.4. Estejam incluídas no Cadastro de Inadimplência das Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, ou por qualquer motivo não apresentem regularidade fiscal;

8.1.5. Tenham como dirigente agente político de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

8.1.6. Estejam inadimplentes com o Município de Santa Teresa na prestação de Contas de Convênios ou contratos anteriores;

8.1.7. Tiverem contas rejeitadas pela Administração Pública nos últimos cinco anos; e

8.1.8. Tiverem contas de parcerias julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irreversível, nos últimos 8 (oito) anos.

8.2. Serão eliminadas do certame todas as propostas que:

8.2.1. Não apresentar, no prazo estabelecido, os documentos exigidos ou não cumprir os requisitos para análise da proposta descritos no item 6 deste termo de referência;

8.2.2. Se enquadrar em uma ou mais situações elencadas no item 7 deste termo de referência;

8.2.3. Não tenha como finalidade comprovada o benefício a agricultores familiares no município de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo;

8.2.4. Os objetivos não estejam de acordo com os que foram propostos nesse termo de referência; e

8.2.5. Apresente informações não comprovadas ou qualquer situação que inviabilize o projeto



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

na forma proposta.

8.2.5.1. Será dado ao proponente vencedor o prazo de 5 (cinco) dias úteis para sanar eventuais irregularidades documentais encontradas em sua proposta.

8.2.6. As propostas serão analisadas com base nos seguintes critérios, conforme os itens apresentados:

8.2.6.1. A critério da Comissão de Seleção poderão ser solicitadas informações complementares à proposta apresentada.

8.2.6.2. A Comissão de Seleção verificará o envio, a validade, a regularidade da documentação e o atendimento as exigências deste Termo de referência;

8.2.6.3. Os Projetos poderão ser aprovados integral ou parcialmente em decorrência da análise técnica efetuada.

8.2.6.4. Na seleção dos projetos a Comissão de Seleção levará em conta a equidade na distribuição dos recursos, com o objetivo de contemplar o maior número de entidades possíveis do município.

9. SÃO OBRIGAÇÕES DAS ENTIDADES SELECIONADAS

9.1. Manter os bens em perfeito estado de conservação e uso, não podendo transferi-los a outrem, ficando sob sua responsabilidade a fiscalização de uso do referido bem;

9.2. Devolver o bem, objeto deste instrumento, em perfeitas condições, ressalvado o seu desgaste normal, na hipótese de sua rescisão antecipada;

9.3. Em caso de perda, a qualquer título, ou dano no bem cedido, ressarcir o PARCEIRO PÚBLICO pelos prejuízos causados, podendo, a critério do PARCEIRO PÚBLICO, essa reposição ser realizada por bem de igual valor, espécie, qualidade e quantidade;

9.4. Permitir o PARCEIRO PÚBLICO a fiscalização do bem quando entender necessário a qualquer tempo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

9.5. Arcar com as despesas de transporte, seguro ou quaisquer outras que venham a incidir sobre o bem, objeto da presente Cessão de Uso do Bem Público;

9.6. Os equipamentos agrícolas deverão ser operados por pessoas capacitadas tecnicamente de acordo com as normas vigentes, ficando sob responsabilidade da OSC, encargos de todas as despesas funcionais, inclusive previdenciárias;

9.7. Compromete-se a encaminhar à Prefeitura Municipal de Santa Teresa, quando solicitado, um relatório sobre as condições de uso, local e estado de conservação do bem cedido.

10. PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1. A prestação de contas é um procedimento de acompanhamento sistemático das parcerias com organizações da sociedade civil, para demonstrações de resultados das metas, que conterá elementos que permitam verificar, sob os aspectos técnicos e financeiros, a execução parcial ou integral do objeto e o alcance das metas e dos resultados previstos.

10.2. A prestação de contas deverá ser feita observando-se as regras previstas no Capítulo IV, da Lei 13019/2014 e do Capítulo XVI, do Decreto Municipal nº 404/2018, além de prazos e normas de elaboração constantes do instrumento de parceria e do plano de trabalho.

11. RESPONSABILIDADES E SANÇÕES

11.1 A execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas deste Chamamento Público e da legislação específica, a administração pública, através da Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Entidade:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública municipal, sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
- c) Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades municipais, enquanto perdurarem os motivos



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item b.

11.1.1. As sanções estabelecidas nos itens "a" e "b" são de competência exclusiva do Gestor da parceria, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias úteis após a notificação da irregularidade à Entidade, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade, se for o caso.

12. RECURSOS

12.1 O proponente poderá interpor recurso contra os resultados do Chamamento Público, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar de sua publicação do resultado final. O recurso deverá identificar a proposta, ser endereçado e protocolado no protocolo geral da Prefeitura de Santa Teresa, localizada a Rua Darly Nerty Vervloet, nº 446, Santa Teresa-ES, CEP 29650-000, Tel.: (27) 3259-3900, nos horários de 08h30min às 11h00min e 12h30min às 15h30min.

12.2. Interposto o recurso, a Comissão de Seleção o analisará no prazo de 5 (cinco) dias úteis, podendo submetê-lo à autoridade competente para manifestação.

12.3. Os recursos apresentados serão analisados e julgados pela Comissão de Seleção.

12.4. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, a Administração Pública deverá homologar e divulgar o resultado definitivo em sítio eletrônico.

13. CELEBRAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO

13.1. Homologado o resultado, serão abertos os envelopes "B" para análise e aprovação. As Entidades contempladas serão convocadas para celebração de Acordo de Cooperação.

13.2 O Acordo de Cooperação deverá ter parecer em todas as fases: celebração, execução, fiscalização, prestação de contas e homologação da prestação de contas e ocorrerão em conformidade com a Lei 13.019 de 31 de julho de 2014, Decreto Municipal nº 404, de 25 de outubro de 2018 e legislação correlata vigente, aplicável ao caso;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

13.3. É condição para celebração do Acordo de Cooperação que as certidões estejam dentro do prazo de validade.

13.4 A Entidade convocada para celebração de Acordo de Cooperação terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a partir do recebimento da notificação, para assinatura do Termo, sob pena de ser considerada desistente;

13.5 Caso a Entidade não celebre o Acordo de Cooperação no prazo estipulado ou por qualquer outro motivo, fica a critério da Prefeitura Municipal de Santa Teresa, convocar a próxima Entidade classificada, condicionada a disponibilidade de lotes, objeto desse termo de referência.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 A Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico reserva-se o direito de alterar o presente Termo de Referência, por conveniência da Administração, sem que caiba às entidades participantes do processo de seleção direito a qualquer indenização. Caso as eventuais alterações tenham repercussão no plano de trabalho e ensejem sua adequação, será fixado novo prazo para sua apresentação;

14.2. É facultado a Comissão de Seleção promover diligências destinadas a esclarecer o processo, bem como solicitar a comprovação de qualquer informação apresentada pela entidade;

14.3. A efetiva celebração dos Acordos de Cooperação dar-se-á por ordem de classificação, até o limite da quantidade de lotes disponíveis pela Prefeitura Municipal Santa Teresa para tal finalidade;

14.4. O credenciamento poderá ser anulado a qualquer tempo se constatada: documentação incompleta, falsificação de documento, inveracidade das informações ou qualquer outra ilegalidade no processo.

14.5. O chamamento público pode ser revogado por conveniência da Administração Pública, através de decisão fundamentada, sem que caiba aos participantes qualquer indenização.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

14.6. A Prefeitura Municipal de Santa Teresa realizará o acompanhamento periódico do projeto a fim de assegurar sua eficácia e os resultados previstos quando da apresentação dos projetos.

14.7. A seleção das entidades proponentes não lhes assegura a celebração do Acordo de Cooperação, ficando a critério da Prefeitura Municipal de Santa Teresa decidir pela conveniência e oportunidade da realização deste ato.

14.8. Para execução do objeto do Acordo de Cooperação as entidades deverão observar os princípios da impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e ética pública, bem como os ditames da Lei n.º 14.133/2021, no que couber.

14.9. É vedada a delegação da execução do objeto deste edital a Terceiros.

14.10. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº: 14.133/2021, dos princípios gerais do direito e demais legislação aplicada, conforme Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações, Decreto Municipal nº 308, de 29 de maio de 2017 e pelos demais normativos aplicáveis.

15. DO FORO

15.1 O Foro competente para dirimir quaisquer questões oriundas deste Chamamento Público será o da Comarca de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo.

Santa Teresa/ES, 19 de fevereiro de 2026.

Gervásio Paulo Madalon
Sub Secretário Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

- ANEXO I-A -** RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA ANÁLISE DA PROPOSTA;
- ANEXO I-B -** RELAÇÃO DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO DA PROPOSTA;
- ANEXO II -** MODELO DE OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO;
- ANEXO III -** MODELO DE PROPOSTA;
- ANEXO IV -** DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO;
- ANEXO V -** RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DA ASSOCIAÇÃO;
- ANEXO VI -** DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA;
- ANEXO VII -** RELAÇÃO NOMINAL DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE;
- ANEXO VIII -** MODELO PLANO DE TRABALHO;
- ANEXO IX -** MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO;
- ANEXO X -** MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO INFRINGÊNCIA ÀS VEDAÇÕES CONSTANTES NO ART. 39, DA LEI FEDERAL N. 13.019/2014;
- ANEXO XI -** DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL;
- ANEXO XII -** DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR; E
- ANEXO XIII -** DECLARAÇÃO DE QUE A ORGANIZAÇÃO NÃO DEVE PRESTAÇÕES DE CONTAS A QUALQUER ÓRGÃOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS.
- ANEXO XIV -** MINUTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

ANEXO I - ENVELOPE A

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA ANÁLISE PROPOSTA

Nº	DOCUMENTAÇÃO	SIM	NÃO
01	Ofício solicitando inscrição proposta, conforme anexo II.		
02	Proposta conforme modelo em anexo, conforme anexo III.		
03	Relatório de atividades realizadas pela entidade nos últimos 02 (dois) anos com material fotográfico.		
04	Declaração Informando os responsáveis pela coordenação e execução do projeto, devidamente identificados e qualificados, conforme anexo IV.		
05	Relação dos beneficiários a serem atendidos com o projeto com nome, endereço, produtos agrícolas a serem comercializados, conforme anexo V.		
06	Declaração de Ciência e Concordância dos termos do edital conforme anexo VI.		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

ANEXO I - ENVELOPE B

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO DA PROPOSTA

Nº	DOCUMENTAÇÃO	SIM	NÃO
01	Cópia do Estatuto registrado e suas alterações.		
02	Cópia da Ata da última eleição e posse do quadro dirigente atual ou documento equivalente.		
03	Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e Órgão Expedidor da Carteira de Identidade e número de registro no Cadastro de Pessoa Física - CPF, conforme anexo VII.		
04	Plano de Trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal, conforme anexo VIII.		
05	Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, emitida do site da Secretaria da Receita Federal do Brasil, que <u>comprove mínimo de 2 (dois) anos de cadastro ativo</u>		
06	Comprovação de que a Organização da Sociedade Civil funciona no endereço declarado, conforme anexo IX.		
07	Prova de regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União (certidão emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional e pela Secretaria da Receita Federal)		
08	Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual		
09	Comprovação de Regularidade perante a Fazenda Municipal : Certidão dos Tributos relativos Município de Santa Teresa-ES		
10	Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS , fornecido pela Caixa Econômica Federal		
11	Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT) por meio do endereço eletrônico: www.tst.jus.br/certidão		
12	Certidão negativa do tribunal de contas		
13	Declaração do representante legal da Organização da Sociedade Civil informando que a mesma, bem como seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas no artigo 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, conforme anexo X.		
14	Declaração de que a Organização da Sociedade Civil possui capacidade técnica para utilizar os equipamentos pleiteados, conforme anexo XI.		
15	Declaração de que não emprega menor, conforme anexo XII.		
16	Declaração de que a organização não deve prestações de contas a quaisquer órgãos federais, estaduais e municipais, conforme anexo XIII.		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"
"Doce Terra dos Colibris"

ANEXO II - OFÍCIO SOLICITAÇÃO

OFÍCIO SOLICITAÇÃO

(IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE / LOGOMARCA)

Ofício nº

Santa Teresa-ES, ____/____/2026

A Sua Excelência Senhor
Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

Assunto: Encaminhamento de documentação relativa Chamamento Público nº 001/2026.

Exmo. Senhor Prefeito,

Conforme termos do Edital CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026, solicito inscrição no certame, encaminho documentação necessária, com fins de análise e posteriormente firmar Acordo de Cooperação com o Município de Santa Teresa-ES.

Respeitosamente,

Nome e Assinatura do Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA

(Papel timbrado ou nome da OSC)

Local, data

À Comissão de Seleção do Chamamento Público nº 001/2026.

Senhor (a) Presidente:

Pelo presente apresentamos proposta para celebração de parceria com o Município, conforme Chamamento Público nº 001/2026, nos seguintes termos:

- a) (___preencher___) descrição da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;
- b) (___preencher___) descrição de metas qualitativas e quantitativas, mensuráveis, a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados, devendo haver detalhamento do que se pretende realizar ou obter, bem como quais serão os meios utilizados para tanto;
- c) (___preencher___) forma e prazo para a execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;
- d) (___preencher___) definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

O detalhamento desta proposta dar-se-á no Plano de Trabalho a ser apresentado.

Nome e Assinatura do Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO

A Associação _____, CNPJ _____, localizada em _____ DECLARA para os devidos fins, que os associados abaixo listados serão os responsáveis pela coordenação e execução do projeto.

Nome	Formação	Função na Entidade

Santa Teresa-ES, xx de xxxxx de 2026.

Presidente da Associação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

ANEXO V

RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DA ASSOCIAÇÃO

Nº	BENEFICIÁRIO	ENDEREÇO	PRODUTO CULTIVADO

Santa Teresa-ES, XX de XXXX de 2026.

Presidente da Associação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

DECLARAÇÃO

Declaro que a identificação da organização da sociedade civil - OSC está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público N.º 001/2026 e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Santa Teresa-ES, ____ de ____ de 2026

Nome e Assinatura do Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"
"Doce Terra dos Colibris"

PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE COLABORAÇÃO, TERMO DE FOMENTO NO CHAMAMENTO PÚBLICO.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA OSC

Nome:		CNPJ:	
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.)			
Bairro:	Cidade:		CEP:
E-mail da Instituição:		Home Page	
Telefone 1 ()	Telefone 2 ()	Telefone 3 ()	
Conta Corrente	Banco	Agência	

2 - IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA PROPONENTE

Nome:		CPF:	
Nº RG	Órgão Expedidor	Cargo:	Função:
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.)			
Bairro:	Cidade:		CEP:
Telefone 1 ()	Telefone 2 ()	Telefone 3 ()	

3 - IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO

Nome:		
Área de Formação:	Nº do Registro no Conselho Profissional	
Bairro	Cidade	CEP
E-mail do Técnico:		
Telefone do Técnico 1: ()		Telefone do Técnico 2: ()

4- OUTROS PARTÍCIPIES (Indicar se existem outros parceiros para execução deste projeto. Se houver, incluir os dados de identificação).

Nome:		
CNPJ/CPF:		
Endereço:		
Bairro:	Cidade:	CEP:

5 - SÍNTESE DA PROPOSTA



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

“Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil”

“Doce Terra dos Colibris”

5.1 - Título da Proposta: (resumo do objeto)

5.2 - Identificação do Objeto (Breve descrição, clara e objetiva, do que se pretende realizar na proposta e os resultados esperados):

5.3 - Objetivo Geral da Proposta (relacionando com a situação problema que se deseja enfrentar com a execução do objeto, devendo estar em consonância com o serviço socioassistencial ofertado pela entidade):

5.4 - Objetivos Específicos da Proposta (Devem apresentar detalhadamente o objetivo geral, relacionando com os resultados a serem atingidos):

5.5 - Justificativa da Proposta (Deve expor os argumentos e as considerações sobre as necessidades que justificam a realização das ações/atividades propostas, indicando como irá contribuir para a mudança da situação problema apresentada. É a justificativa que fundamenta a necessidade de realização da parceria):

5.6 - Abrangência da Proposta: (deve expor a abrangência da proposta)

5.7 - Público Beneficiário (Direto e Indireto): (indicar faixa etária, renda, escolaridade, condição de moradia)

5.8 - Metas: (indicar percentuais de atingimento)

5.9 - Período Referência para Execução do Objeto:

Início: // Término: //

6 - CAPACIDADE INSTALADA

6.1 Equipe de Profissionais do projeto (Informar a composição da equipe de profissionais que atuarão na execução da proposta).

Nome	Formação	Função na Entidade	Carga Horária Semanal de Trabalho

6.2 Estrutura Física: () PRÓPRIA () Cedida () Alugada ()
Outra

7 - MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DA PROPOSTA

7.1 Quais Técnicas de Monitoramento e Avaliação serão aplicadas durante a execução do objeto (Indicar quais são as técnicas, quando serão aplicadas, e quais os objetivos da aplicação e quais os possíveis encaminhamentos que serão adotados com base nas informações obtidas durante o monitoramento e avaliação):

7.2 Sustentabilidade da Proposta (Indicar se as ações/atividades terão continuidade após o término da vigência deste Termo ou quais estratégias serão utilizadas para garantir a continuidade das ações/atividades):



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"
"Doce Terra dos Colibris"

8 - CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Meta 1:		valor (R\$)
Indicador (es):		
Metodologia de execução:		
Etapas /atividades	Valor (R\$)	Período de execução
		Início Término
1.1		
1.2		
1.3		
Meta: descrever quantitativa e qualitativamente a situação problema que se quer "atingir" na realidade diagnosticada. Desdobramento do objeto em realizações físicas. Metodologia: descrever a forma de execução das atividades e de cumprimento da meta. Indicadores: Parâmetros a serem utilizados para aferição do cumprimento das metas. Etapas: descrever qualitativamente quais atividades serão desenvolvidas para alcançar os resultados de cada meta. Período de execução: mês e ano de início e término de execução de cada etapa.		

9 - DETALHAMENTOS DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	CONCEDENTE	PROPONENTE (Contrapartida)	TOTAL
3.3.50.43	Material de Consumo			
	Serviços de Terceiros - Pessoa Física			
	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			
4.4.50.42	Equipamentos e Materiais Permanentes			
TOTAL				

9.1 DETALHAMENTO DAS DESPESAS (Especificar o gasto com cada item de despesa)

9.1.1 MATERIAL DE CONSUMO (3.3.50.43)

Item	Especificação	Unid.	Qntde.	Valor unit.	Valor Total



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

	Subtotal				

10 - REPASSE(S) DO CONCEDENTE

MÊS/ ANO	MÊS/ ANO	MÊS/ ANO	MÊS/ ANO	MÊS/ ANO	MÊS/ANO
MÊS/ ANO	MÊS/ ANO	MÊS/ ANO	MÊS/ ANO	MÊS/ ANO	MÊS/ANO

CONTRAPARTIDA DO PROPONENTE (se for o caso, por decisão da OSC)

MÊS/ ANO	MÊS/ ANO	MÊS/ ANO	MÊS/ ANO	MÊS/ ANO	MÊS/ANO
MÊS/ ANO	MÊS/ ANO	MÊS/ ANO	MÊS/ ANO	MÊS/ ANO	MÊS/ANO

11 - DECLARAÇÃO DO PROPONENTE

Na qualidade de representante legal da **Organização da Sociedade Civil - OSC**, declaro, para fins de prova junto a Prefeitura Municipal de Santa Teresa - ES, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que impeça a realização deste termo ou qualquer instrumento legal com o Estado do Espírito Santo, na forma deste plano de trabalho. Pede e espera deferimento.

12 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

--

Santa Teresa, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO

DECLARAÇÃO

_____, presidente do(a)
_____, CPF _____ e RG nº _____,
DECLARO para os devidos fins e sob penas da lei, que a referida Organização da Sociedade
Civil, possui sede no
_____,
conforme documento anexo.

Santa Teresa/ES, _____ de _____ de 2026.

Nome e Assinatura do Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE NÃO INFRIGÊNCIA ÀS VEDAÇÕES NO CONSTANTES NO ART. 39, DA LEI FEDERAL N. 13.019/2014.

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº ____/2026

CERTIDÃO

_____, presidente do(a)
_____, CPF _____ e RG nº _____,
CERTIFICO para os devidos fins e sob penas da lei, que a referida Organização da Sociedade Civil, bem como seus dirigentes, não incorrem em quaisquer vedações previstas no art. 39, da Lei Federal n. 13.019/2014.

Santa Teresa/ES, ____ de _____ de 2026.

Nome e Assinatura do Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL

Declaro que a associação _____, CNPJ _____, possui disponibilidade de instalações, condições materiais, capacidade técnica e operacional para desenvolvimento das atividades previstas para o desenvolvimento das metas estabelecidas no objeto proposto.

_____/ES, ____ de ____ de ____

Nome e Assinatura do Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

ANEXO XII

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

A _____, inscrita no CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador do documento de Identificação nº _____ e do CPF _____,

DECLARA, para os devidos fins do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (citar, se houver).

Santa Teresa-ES, de de

Nome e Assinatura do Presidente

- Declaração em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

ANEXO XIII

DECLARAÇÃO DE QUE A ORGANIZAÇÃO NÃO DEVE PRESTAÇÕES DE CONTAS A QUAISQUER ÓRGÃOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS.

Declaro que a Entidade.....CNPJ
não se encontra com pendências em prestações de contas perante a qualquer órgão ou
entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, sob
pena de aplicação das sanções legais.

Santa Teresa-ES, de de

Nome e Assinatura do Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

ANEXO XIV

MINUTA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO

MINUTA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº xxx/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA TERESA E A xxxxxxxx.

O **MUNICÍPIO DE SANTA TERESA**, com sede na Rua Darly Nerty Vervloet, nº 446, Centro, Santa Teresa-ES, inscrito no CNPJ sob o nº 27.167.444/0001-72, neste ato representado por seu titular, **Kleber Medici da Costa**, Prefeito Municipal, portador de carteira de identidade de nº -----, expedida pela SPTC, inscrito no CPF sob o nº -----, e a xxxxxxxxxx, com sede na localidade de xxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxx, neste ato representada pelo seu Presidente o Sr. xxxxxxxx, portador da carteira de identidade de nº xxxxxxxx, inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxx, em conjunto denominados **PARCEIROS** e separadamente **MUNICÍPIO** e **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC**, respectivamente, tendo em vista o constante do processo administrativo n.º 2026-3J5R1, resolvem celebrar o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO, sujeitando-se, no que couber, aos termos da Lei federal nº 13.019/2014, suas alterações e Decreto Municipal nº 404/2018, mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente Acordo de Cooperação tem como objeto o fortalecimento da Agricultura Familiar e do Associativismo do Município, realizando assinatura de Parceria entre o **MUNICÍPIO** e a **Organização da Sociedade Civil**, conforme plano de trabalho, parte integrante do presente instrumento, para a execução do seguinte objeto:

1.1.1 Destinar, em forma de **Cessão de Uso**, os bens xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, adquiridos por meio de doação advindos da Secretaria de Agricultura, Abastecimento,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Aquicultura e Pesca (SEAG) conforme **contrato xxx.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - Além dos compromissos gerais a que se submetem, por força deste Acordo de Cooperação e da Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações, os **PARCEIROS** se comprometem a:

2.1.1 - MUNICÍPIO, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico:

2.1.1.1 Transferir à Organização da Sociedade Civil – OSC, mediante Cessão de Uso, pelo prazo de 5 (cinco) anos, admitida a prorrogação nas hipóteses e condições previstas no art. 55 da Lei nº 13.019/2014 e nas disposições do Decreto Municipal nº 404/2018, os seguintes bens xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, objeto do presente acordo;

2.1.1.2 Exigir da **OSC** o saneamento de eventuais irregularidades observadas em decorrência da implantação do plano de trabalho.

2.1.1.3 Proceder à publicação resumida deste Acordo de Cooperação e de seus aditamentos na imprensa oficial, no prazo legal.

2.1.1.4 Divulgar o objeto da parceria nos termos do Decreto nº 404/2018, mediante procedimento definidos conforme seu juízo de conveniência e oportunidade.

2.1.2 - Organização da Sociedade Civil:

2.1.2.1 Selecionar os beneficiários no âmbito de sua área de atuação no Município de Santa Teresa/ES;

2.1.2.2 Garantir a estrutura física, para armazenamento e conservação dos bens;

2.1.2.3 Garantir a realização das manutenções necessárias ao veículo, bem como seus reparos quando necessário;

2.1.2.4 Apresentar Plano de Trabalho para utilização do veículo na comunidade;

2.1.2.5 Se responsabilizar pela organização e gestão do projeto, com elaboração de



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

relatório técnico;

2.1.2.6 Os pequenos produtores a serem beneficiados com a entrega do referido veículo utilizarão o mesmo para fins de melhora na produção e redução de custos e o fortalecendo a agricultura familiar.

2.1.2.7 Manter os bens em perfeito estado de conservação e uso, não podendo transferi-los a outrem, ficando sob sua responsabilidade a fiscalização de uso do referido bem;

2.1.2.8 Devolver o bem, objeto deste instrumento, em perfeitas condições, ressalvado o seu desgaste normal, tanto na hipótese de término do prazo estabelecido neste Termo, como no caso de sua rescisão antecipada.

2.1.2.9 Em caso de perda, a qualquer título, ou dano no bem cedido, ressarcir o PARCEIRO PÚBLICO pelos prejuízos causados, podendo, a critério do PARCEIRO PÚBLICO, essa reposição ser realizada por bem de igual valor, espécie, qualidade e quantidade.

2.1.2.10 Permitir o PARCEIRO PÚBLICO a fiscalização do bem quando entender necessário a qualquer tempo.

2.1.2.11 Arcar com as despesas de transporte, seguro ou quaisquer outras que venham a incidir sobre o bem, objeto da presente Cessão de Uso do Bem Público.

2.1.2.12 Compromete-se a encaminhar à Prefeitura Municipal de Santa Teresa, quando solicitado, um relatório sobre as condições de uso, local e estado de conservação do bem cedido.

2.1.2.13 O equipamento deverá ser operado por pessoas capacitadas tecnicamente de acordo com as normas vigentes, ficando sob a responsabilidade da OSC, encargos de todas as despesas funcionais, inclusive previdenciárias.

2.1.2.14 Manter sigilo das informações sensíveis (conforme classificação da Lei nº 12.527, de 2011- Lei de Acesso à Informação) obtidas em razão da execução do acordo, divulgando-as somente se houver expressa autorização dos partícipes.

2.1.2.15 Observar os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

tenha acesso por força da execução deste acordo.

2.1.2.16 Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro necessário ao cumprimento dos seus compromissos na execução do objeto da parceria.

2.1.2.17 Permitir o livre acesso dos agentes da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, dos órgãos de controle interno e do Tribunal de Contas aos processos, aos documentos e às informações relacionadas à execução a parceria, bem como aos locais de execução do seu objeto.

2.1.2.18 Responsabilizar-se, exclusivamente, pelo regular pagamento de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto da parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RESCISÃO

3.1. O descumprimento de qualquer das cláusulas deste Acordo constitui em causa para sua rescisão, especialmente quando houver utilização dos bens em desacordo com o plano de trabalho.

3.2. Este Acordo poderá ser rescindido por mútuo consentimento ou em face de superveniência de impedimento que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda por conveniência de qualquer um dos PARTÍCIPIES, mediante notificação, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE DA OSC

4.1 - A **OSC** é responsável pelo gerenciamento administrativo dos bens recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, incisos XIX e XX, Lei federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015.

Parágrafo único - É de responsabilidade exclusiva da **OSC** o pagamento de salários, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados ao manuseio dos bens doados, constantes do objeto deste Acordo, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do **MUNICÍPIO** a inadimplência da **OSC** em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

5.1 - O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação **será de XX meses**/anos a partir da assinatura, podendo ser prorrogado, nas condições previstas no art. 55 da Lei nº 13.019, de 2014.

Parágrafo único. A prorrogação será realizada, mediante termo aditivo, por solicitação fundamentada da OSC, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término do prazo de vigência do Acordo de Cooperação, desde que autorizada pela Administração Pública, ou, então, em decorrência de proposta da Administração Pública e respectiva anuência da OSC.

CLÁUSULA SEXTA - DOS BENS CEDIDOS

6.1 - Os bens cedidos pelo **MUNICÍPIO** para a **OSC** com vistas à execução deste Acordo não poderão ser alienados, locados, emprestados, oferecidos como garantia ou cedidos a terceiros, em nenhuma hipótese.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PLANO DE TRABALHO

7.1 - Os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante e indissociável do Acordo de Cooperação, bem como toda documentação técnica que dele resulte.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

8.1 - A celebração deste Acordo será a título gratuito, sem obrigação pecuniária, nem transferência de recursos financeiros entre os PARTÍCIPES. As despesas necessárias ao cumprimento do Acordo serão da responsabilidade de cada partícipe em sua atuação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 - O presente Acordo poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante termo aditivo, exceto no tocante a seu objeto, devendo os casos omissos serem resolvidos pelos PARTÍCIPIES.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES

10.1 - A execução da parceria em desacordo com o Projeto Básico, com este instrumento, com o disposto na Lei nº 13.019/2014, no Decreto Municipal nº 404/2018 ou nas disposições normativas aplicáveis pode ensejar aplicação à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, garantida prévia defesa, das sanções previstas nesses diplomas normativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO COMPARTILHAMENTO PATRIMONIAL

11.1 - O presente Acordo de Cooperação envolve o compartilhamento de recurso patrimonial entre os partícipes, conforme previamente acertado e expressamente previsto no plano de trabalho, sendo que eventuais alterações na forma de sua utilização ao longo da execução do acordo serão promovidas no próprio plano de trabalho, respeitando-se sempre as regras de modificação.

11.2. A OSC a quem se destina o compartilhamento de recurso patrimonial está obrigada à manutenção e conservação do(s) bem(ns) durante o respectivo período estabelecido, respondendo por quaisquer danos ou perdas causados ao(s) mesmo(s).

11.3. Ao término da vigência do Acordo de Cooperação que envolve comodato ou outra forma de compartilhamento patrimonial, poderá ocorrer a transferência da titularidade do bem à OSC, a critério da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA e justificadamente, através de Termo de Doação, observando-se as disposições legais pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

12.1 - O **MUNICÍPIO** providenciará a publicação do extrato deste Acordo de Cooperação no Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

8.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Teresa-ES como competente para dirimir as questões decorrentes deste instrumento.

8.2 - E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Acordo de Cooperação em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também o subscrevem, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Santa Teresa, .. de ... de 2026.

Kleber Medici da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Observação: na formalização do Acordo de Cooperação, qualquer divergência entre o Edital e a minuta de Acordo de Cooperação, deverão ser seguidas as cláusulas do Edital.



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 20/02/2026 08:05:05 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por KENEDY CORTELETTI (GERENTE DE LICITACOES E CADASTRO - GERLICA - SMAR - PMST)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-ZX3Q88>